

Difundindo o estatuto da criança e do adolescente nas escolas de Abaetetuba-PA

Nakatian Nakano Shida¹

Nayane Fernandes Ferreira Lopes²

Crislene Santos dos Santos³

Waldir Ferreira de Abreu⁴

Resumo: O projeto Difundindo o estatuto da criança e do adolescente nas escolas de Abaetetuba tem como finalidade a realização de atividades através de oficinas e vivências pedagógicas com alunos e professores nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Abaetetuba/PA, já que essas escolas apresentam um grande número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, um grande índice de violação de direitos. Em caráter formativo, realizou - se uma pesquisa de campo em duas instituições do referido município, sendo que ambas trabalham em defesa dos direitos da criança e do adolescente (Pastoral do Menor e o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS São Lourenço), visando conhecer se as mesmas realizam atividades com as escolas no que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Portanto, observou-se que as atividades somente são desenvolvidas na FEIRA DO ECA. Como resultados das atividades se destacam: a realização de oficinas e vivências pedagógicas para crianças, adolescentes e professores das escolas, incluindo a zona urbana e a zona rural de Abaetetuba; realização de oficina de direitos humanos com a comunidade escolar e com a família para estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, o incentivo a criação de um fórum de discussão sobre o ECA nas Escolas de Abaetetuba. Através das atividades, se observa o empoderamento de

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA. Abaetetuba – PA. E-mail: nakatiannakano@gmail.com

² Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA. Abaetetuba – PA. E-mail: nayfernandeslopes@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA. Abaetetuba – PA. E-mail: crislenesantos1234@gmail.com

⁴ Coordenador, professor da UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba.

crianças e adolescente das escolas de Abaetetuba sobre seus direitos e deveres e ao mesmo tempo, inclui a família e a comunidade escolar neste processo.

Palavras-chave: Direitos. ECA. Criança e Adolescente.

INTRODUÇÃO

A mudança que vem ocorrendo devido a relação de capital e trabalho afeta muitos lares brasileiros, inclusive, mudando o perfil familiar. Nesse processo, os que mais são vitimados são os filhos, pois ainda não possuem a capacidade física e mental de agir em determinadas situações, principalmente nas que se referem a pais separados, baixa renda familiar, usuários de drogas e várias formas de violência vivenciadas.

A essa influência no âmbito familiar e a não capacidade dos pais em lidar com as diversas situações, principalmente na educação e no acompanhamento dos filhos, temos os índices exacerbados de violência contra crianças e adolescentes. Merece destaque a violação de direitos e o aproveitamento de terceiros em manipular as crianças e os adolescentes a se envolverem em atos ilegais.

A escola é palco de diversos conflitos, em que a mesma deve relacionar os assuntos curriculares com os temas da realidade social, já que ela é:

[...] uma microcomunidade em que se vivencia, em uma escala menor, localizadas, as relações sociais da sociedade envolvente, as suas desigualdades e diferenças, as suas concepções, práticas e valores. Porém, a Escola é um espaço em que, justamente por sua função social, essas relações, concepções, práticas e valores podem ser formados, reformados, desconstruídos, sobretudo se forem indesejáveis e incompatíveis com uma sociedade que se pretenda de tolerância e convivência fraterna, menos desigual e menos violenta, em síntese, mais justa e igualitária. Mediante o exercício da criticidade, de que são dotadas em processos educativos, as pessoas desenvolvem uma das capacidades mais características dos seres humanos: a de examinar suas condições de vida, analisá-las e projetar soluções para as mesmas. (CALISSI & SILVEIRA, 2013, p.15).

Nesse foco é propício destacar a importância da escola em trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, garantindo assim que seus alunos conheçam e se empoderem dos seus direitos e também dos seus deveres enquanto cidadãos brasileiros, em que todos estejam esclarecidos das suas obrigações e das leis que garantem o bem-estar de todos.

A escola deve ser a disseminadora dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes. A relação do ECA com a Educação está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB nº 9394/96 no § 50 que dispõe:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

A concepção defendida anteriormente, baseia-se na lei maior que rege o Brasil que é a Constituição Federal/1988 e a lei que garante os direitos das crianças e dos adolescentes, inscrita no nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, na qual no Art. 1º faz um apanhado geral da mesma que é: “[...] a proteção integral à criança e ao adolescente”.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Abaetetuba, através de oficinas e vivências pedagógicas com alunos e professores. O projeto visa também direcionar a implementação de metodologias de ensino que possam contribuir com a prática pedagógica dos professores e com a formação e orientação dos alunos de licenciaturas da Universidade Federal do Pará - UFPA e das redes de ensino de Abaetetuba, fomentando a formação inicial e continuada de professores da rede de ensino.

MATERIAL E METODOLOGIA

Metodologicamente o projeto é desenvolvido com a intenção de difundir o Estatuto da Criança e do adolescente

nas Escolas do município de Abaetetuba/PA, fazendo com que tanto as crianças, quanto os adolescentes se empoderem de seus direitos e saibam dos seus deveres, assim fazendo que eles sejam cidadãos ativos na sociedade. Para isso, seguimos passos metodológicos que intensifique a garantia de direitos:

1. Num primeiro momento, tivemos formação acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que repletos de conhecimentos, sejamos os mediadores da lei e do seu usuário;
2. Num segundo momento promovemos as atividades de:
 - Difundir o ECA tanto nas escolas da zona urbana, quanto nas escolas da zona rural (ilhas e estradas) que fazem parte do município de Abaetetuba, intensificando assim, a universalização dos direitos sem distinção de qualquer natureza.
 - Elaboramos cartilhas ilustradas e educativas para o público-alvo;
 - Socializamos entre os alunos, no caso as crianças e os adolescentes. Neste momento utilizamos como ferramenta a cartilha produzida, contendo os artigos principais desta lei por categoria;
 - Realizamos oficinas de direitos humanos com a comunidade escolar e com a família para que estes contribuam com esse projeto social.

Os materiais utilizados foram: cartilhas ilustrativas, vídeos, cola, tesoura, lápis de cor, canetas coloridas, papel A4, fantoches, cartolina, papel EVA, TNT, papelão, garrafa pet, tinta guache, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao perguntar se as instituições difundem o Estatuto da Criança e do adolescente na escola foi unânime as respostas dos entrevistados:

A estratégia que a pastoral utiliza para difundir o ECA nas escolas, eu acredito que é quando entramos em contato e passamos a ter parceria com a Secretaria Municipal de

Educação (SEMEC). A secretária realiza as atividades de divulgação e formação que é dado para os professores uma vez ao ano. Sentamos para debater o tema. Quando definimos o tema nós e os meninos, passamos a desenvolver trabalho com eles antes deles exporem na Feira do ECA. Temos uma semana de exposição nos polos, ano passado descentralizou-se a Feira, pois não ficamos somente no centro de PAZ, mas formos para Beja e uma ilha da cidade, os pais dessas localidades adoram o nosso trabalho, e eles perguntaram por que a pastoral não tinha ido antes para lá. (Entrevistada da Pastoral do Menor)

[...] nosso calendário é longo e com muitas atividades a serem cumpridas, isso compromete o trabalho do professor que não dispõe de um tempo para se planejar e trabalhar com mais dinamismo essa temática. (Coordenadora Pedagógica)

Assim, percebe-se que há uma carência das instituições que deveriam garantir os direitos da criança e do adolescente em trabalhar o ECA, principalmente na escola. Outro fato é que ambas as instituições priorizam os moradores da zona urbana e esquecem os moradores da zona rural (estradas, ilhas), pois são esquecidos pelo Estado e não estão preparados para enfrentar as transformações advindas da relação capital e trabalho. Assim, através das atividades realizadas em algumas escolas do município percebesse o conhecimento adquirido e ampliado e o objetivo do projeto alcançado, originando a pretensão de dar continuidade no projeto abarcando as demais escolas que são: 176 municipais e 24 estaduais.

CONCLUSÃO

Diante disso, através deste projeto percebemos que o município de Abaetetuba destina um curto período de tempo para a realização de um trabalho mais específico para se difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente. As ações das instituições em difundir o Estatuto não são suficientes. Vemos que ainda falta muito para que o município de Abaetetuba possa avançar na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como ficou bem claro na fala de nossos entrevistados.

Vemos que as políticas assistencialistas são insuficientes e não conseguem suprir a demanda de tantas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e muito menos que dei conta de alcançar a grande parcela de adolescentes que estão entrando cada vez mais cedo no mundo das drogas, do crime, da prostituição entre outros. Tudo isso é resultado de inúmeros fatores, mas percebemos que um dos principais, no que se refere aos adolescentes, é a falta de mais políticas que venham dar a eles oportunidades de ter uma perspectiva de vida diferente, onde eles possam realizar atividades prazerosas, desenvolver suas capacidades e possam realmente se enxergar como sujeitos sociais que são.

O projeto possibilita valer os direitos que são outorgados por lei a essas crianças e adolescentes, pois teoria e prática são duas coisas que precisam andar juntas. E preciso mostrar a esses sujeitos que eles têm direitos e fazer o possível para que sejam assegurados. Pois é muito fácil dizer que todos têm direito a uma educação de qualidade, direito à saúde, direito a ter uma família que os ame e que os preteja, quando de fato, temos escolas com uma infraestrutura precária, hospitais em péssimas condições e dentro de casa são negligenciados e desrespeitados de muitas formas. E ainda por cima fazem parte de uma sociedade que parece estar omissa a tudo isso. A problemática da pobreza e da violação de direitos estão diretamente associadas a seus impactos negativos no processo de escolarização das crianças e adolescentes da cidade de Abaetetuba.

A realização de atividades por meio de oficinas e vivências pedagógicas com alunos e professores das escolas do referido município, principalmente as escolas públicas de ensino fundamental e médio têm a intenção de resgatar a condição de sujeitos de direitos das crianças e adolescentes de Abaetetuba que se encontram em situação de vulnerabilidade social através da difusão do Estatuto da Criança e do adolescente. Ressaltamos aqui a necessidade da proteção e da garantia dos direitos humanos, com o objetivo de provocar intervenção nesse cenário, através do empoderamento de crianças e adolescente das escolas de Abaetetuba sobre seus direitos e deveres e ao mesmo tempo, incluir a família e a comunidade escolar

neste processo, principalmente comprometer os professores a atuarem como agentes de defesa e divulgadores do ECA.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação. Edições Câmara, 2010.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**: lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação. Edições Câmara, 2012.

CALISSI, Luciana & SILVEIRA, Rosa Maria. **O ECA nas Escolas: Perspectivas Interdisciplinares**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

ANEXOS

Imagem 1: Formação na semana da criança – GEPEIF – UFPA



Imagem 2: Formação na semana da criança – GEPEIF – UFPA



Imagem 3: Semana da criança – GEPEIF – UFPA



Imagem 4: Intervenção na escola



Imagem 5: Intervenção na escola



Imagem 6: Intervenção na escola



Imagem 7: Intervenção na escola



Imagem 8: Intervenção na escola



Imagem 9: Intervenção na escola



Imagem 10: Intervenção na escola

